

**V CONGRESSO
DO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**

**O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
TEM UM PROGRAMA!**

Intervenção pelo camarada MELO



Edições «Avantel»
Outubro de 1957

ERRATA

Pág.	coluna	linha	onde se lê;	deve ler-se;
1	1. ^a	6 e 38	C. C.	Congresso
1	1. ^a	23	numa reunião do C. C. como a	num Congresso como o
5	2. ^a	40	C. C.	Congresso

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS TEM UM PROGRAMA!

Camaradas!

O nosso Partido, após 36 anos de abnegada luta em defesa dos interesses da classe operária e de todo o nosso povo, forçado pelo regime fascista de Salazar a viver a quasi totalidade desses anos, numa difícil e rigorosa clandestinidade, chega ao C.C. com o seu Programa.

A aprovação do Programa é um acontecimento de enorme significado. Ele reflectir-se-á em toda a vida e actividade do nosso Partido.

Elaborar o Programa do Partido é sempre uma tarefa difícil. Mas essa tarefa torna-se bem mais difícil quando estamos sujeitos a uma rigorosa clandestinidade, quando a repressão salazarista assassina e prende continuamente preciosos quadros de Direcção, provocando um contínuo desgaste de quadros e não permitindo assegurar à Direcção do Partido a necessária estabilidade e continuidade de trabalho e de estudo.

Elaborar os Projectos de Programa e dos Estatutos, sujeitá-los à discussão de todo o Partido, fazer as correcções resultantes dessas discussões e pô-los depois à aprovação numa reunião do C.C. como a que estamos a realizar, representa um enorme esforço, um trabalho desproporcionado para todo o Partido e especial para o seu Comité Central.

Já lá vão 3 anos e meio desde que a V.^a Reunião Ampliada do Comité Central, em Março de 1954, aprovou o projecto de Programa que a seguir foi largamente distribuído pelo Partido e sujeito à sua discussão. Milhares de comunistas e de pessoas doutras correntes políticas tomaram conhecimento dele. Centenas de camaradas discutiram-no e muitos deles fizeram críticas e sugestões.

O Projecto de Programa que agora se apresenta à discussão e aprovação do C.C. traduz o trabalho colectivo do Partido e em especial da sua Direcção, expressa as críticas e sugestões com que muitos camaradas contribuíram para a sua melhoria e reflecte as modificações verificadas nestes anos, no plano interno e internacional.

Significarão tais considerações que se desenvolveu em todo o Partido uma larga e aprofundada discussão em torno do Projecto de Programa? Não, camaradas. Apesar da clandestinidade a que estamos sujeitos, a discussão realizada ficou bastante distanciada das possibilidades existentes.

A herança do praticismo em que o Partido se forjou e desenvolveu reflectiu-se na discussão do Projecto de Programa. A sua elaboração e discussão foi subestimada por todo o Partido e pelo próprio Comité Central. Por essa razão, nas organizações e na imprensa do Partido não se abriu um largo debate, o que teria contribuído para estimular outras críticas e provocar um debate de ideias de que todo o Partido beneficiaria.

O Programa do Partido Comunista Português é um programa que se baseia nos princípios do marxismo-leninismo aplicados às particularidades, às condições históricas e concretas da realidade do país. A sua elaboração testemunha uma maior maturidade política do nosso Partido e representa uma enorme contribuição na elevação do nível político e ideológico de todo o Partido e em especial do seu Comité Central. Mas a larga discussão do Projecto de Programa, em todo o Partido e não somente numa parte do Partido, asseguraria que o Programa reflectisse mais fielmente a opinião colectiva do Partido e teria dado um maior impulso na elevação do nível político e ideológico de todos os nossos militantes.

O aparecimento do Programa preenche uma séria lacuna no trabalho do Partido, pois a classe operária e a sua vanguarda, o Partido Comunista, não poderiam ser a força dirigente do nosso povo sem um programa que servisse de guia para o Partido e de base para a união e mobilização de todo o nosso povo. Os militantes do Partido, todos os que simpatizam com a ideologia comunista, todos os portugueses ficam, a saber quais são os objectivos do Partido Comunista Português.

O Programa do Partido Comunista Português é a expressão dos interesses do nosso povo na luta pela paz, a democracia e a independência nacional. Ele procura reflectir na análise da realidade nacional, a aplicação das ideias criadoras e científicas do marxismo-leninismo às condições e particularidades do país.

O Programa do Partido Comunista Português não é uma coisa abstracta, mas um guia para a acção. Ele expressa a actual linha política do Partido, será a bússola que orientará toda a nossa acção para os objectivos que preconizamos para uma etapa determinada: para a mudança do regime fascista de Salazar e para o período imediatamente posterior à instauração do regime democrático.

A) evolução da situação política é favorável às forças da democracia e da paz

Desde a aprovação e publicação do Projecto de Programa, decorreu um período de mais de 3. anos. Neste curto período, rico de ensinamentos, deram-se profundas alterações políticas no panorama nacional e internacional. Os povos, os grandes obreiros da história, estão modificando o panorama do mundo com uma rapidez nunca igualada na história das sociedades humanas.

O campo mundial do socialismo tornou-se uma força de atracção irresistível para os trabalhadores e povos do mundo inteiro. O fortalecimento do campo mundial do socialismo e do movimento operário internacional, a luta libertadora dos povos coloniais e a decomposição de todo o sistema colonialista, conduzem ao enfraquecimento contínuo do sistema capitalista, modificaram a correlação de forças, deram ao campo mundial do socialismo uma enorme superioridade sobre o sistema capitalista.

Tais modificações tornam possível impedir novas guerras, encontrar vários caminhos para os povos chegarem ao socialismo e encarar a possibilidade de certos países chegarem ao socialismo por meios pacíficos.

Tudo isto, aliado à denúncia do culto da personalidade e de suas causas e consequências, pelo histórico XXº Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que representou um forte impulso na edificação da sociedade comunista na União Soviética e enriqueceu os tesouros do marxismo-leninismo, abriu novos horizontes ao movimento operário internacional e deu novas perspectivas aos povos do mundo inteiro.

No plano interno, a situação económica e política nacional também sofreu profundas alterações.

No passado, a demagogia salazarista conseguiu iludir e influenciar largas camadas da população e criar ilusões até mesmo nas massas trabalhadoras. Presentemente, essa demagogia já não consegue esconder a política anti-nacional da camarilha salazarista.

Hoje, não são somente os trabalhadores e as camadas democráticas e progressistas do nosso povo que lutam contra o salazarismo. Várias outras camadas da população portuguesa, os intelectuais, os agricultores, comerciantes e industriais, largas camadas da pequena e média burguesia e da burguesia não-monopolista que, num passado ainda recente, apoiavam o regime ou se mantinham indiferentes quanto a ele, opõem-se também à política do governo de Salazar e lutam contra ele.

Como se diz no Projecto de Programa, «a actual situação económica e política do país é caracterizada, fundamentalmente, pelo domínio dos imperialistas norte-americanos sobre todos os aspectos da vida portuguesa e pela intensificação

dos preparativos militares que agravam a crise económica nacional».

Acentuou-se o domínio do imperialismo, principalmente dos Estados Unidos, através do Pacto do Atlântico e dos organismos que se sucederam ao Plano Marshall, sobre a economia nacional, a política externa e de preparação intensiva para a guerra, as forças armadas e partes do território nacional e das colónias. É o imperialismo norte-americano, são os monopólios nacionais e estrangeiros, os bancos, os grandes latifundiários, que comandam o colóte de forças da organização corporativa, que dominam grande parte do solo e das principais riquezas de Portugal e das colónias, a indústria, o comércio e a agricultura, que entravam o desenvolvimento da Nação, asfixiam cada vez mais a economia e a cultura nacionais e lançam progressivamente na ruína a pequena e a média indústria, a lavoura e o comércio.

A progressiva subordinação aos monopólios nacionais e estrangeiros determina o atraso económico e cultural da Nação e das colónias portuguesas, faz prevalecer formas semi-feudais na divisão e exploração da propriedade agrícola e mantém Portugal entre os países atrasados e sub-desenvolvidos. É tudo isto que determina a crescente concentração capitalista e uma maior pauperização e exploração das classes trabalhadoras, a expoliação e a escravatura dos povos indígenas das colónias, os baixos salários, o baixíssimo poder de compra e nível de vida da grande maioria da população de Portugal e das colónias portuguesas.

O carácter anti-nacional do governo de Salazar acentua-se cada vez mais, ele é um instrumento dos monopólios nacionais e estrangeiros, que se mantém no poder ilegalmente, pela violência, apoiado num enorme aparelho repressivo capitaneado pela PIDE, que persegue e prende os melhores filhos do povo e os maiores valores nacionais, e priva o povo português e das colónias das mais elementares liberdades democráticas.

Tudo isto, provoca um maior descontentamento e crescentes lutas das mais variadas camadas do nosso povo, acentua a desagregação das forças que ainda apoiam o salazarismo e determina modificações na correlação das forças que lutam e se opõem ao governo de Salazar.

Por outro lado, os esforços feitos para a correcção dos desvios de «esquerda» e de «direita» na linha política do nosso Partido e a luta contra as deficiências na actividade prática do Partido, estão abrindo perspectivas à luta do povo português, a colmatar o fôssco que dividia as forças democráticas e a contribuir para uma mais larga mobilização das mais diversas camadas da população.

Um Programa de luta pela paz, pela democracia e pela independência nacional!

Camaradas:

As modificações no panorama político nacional e internacional e as correções feitas na linha política do nosso Partido, provocaram sensíveis alterações ao Projecto de Programa, que estava impregnado do sectarismo que caracterizava a orientação e a actividade prática do Partido.

Não pretendemos aqui analisar os erros e deficiências do Partido e todos os aspectos das correcções e alterações feitas no Projecto de Programa, dado que o informe do Comité Central apresentado pelo camarada Ramiro já analisou o panorama da actual situação política e das alterações que daí decorrem na linha política do nosso Partido. Limitamo-nos, pois, a anunciar algumas das alterações essenciais feitas no Projecto.

Camaradas:

O Programa deve-se subordinar às características dominantes do conjunto do País, aos seus aspectos essenciais e não às particularidades de cada região, classe ou profissão. Por esta razão, foram retirados do Projecto inicial certas reivindicações e não foram aceites as sugestões de alguns camaradas no sentido do Programa pormenorizar a situação e as reivindicações de certas classes, e citar certos dados estatísticos, que na maioria dos casos têm um carácter bastante transitório, pois o Programa é para uma determinada etape histórica.

O Programa não pode entrar na explicação do conteúdo de cada enunciado visto que a pormenorização o tornaria mais extenso e dificultaria a sua assimilação. Necessita de ser curto, preciso e concreto, pois, como disse um camarada, «o Programa do nosso Partido é um documento político e de combate e não um diploma legislativo».

Na Reforma Agrária que o Programa preconiza não seria acertado especificar o limite máximo da propriedade agrícola, precisamente porque tais limites terão de ser bastante variáveis de região para região. O mesmo se daria com a exigência que o Projecto inicial estabelecia das rendas de casa não ultrapassarem 15% dos salários e ordenados dos inquilinos, o que beneficiaria a população de certos centros urbanos, mas agravaria a de certas regiões rurais. Noutros casos, o Projecto descia à minúcia de fixar o horário de trabalho para as classes marítimas e piscatórias, o que é difícil de estabelecer desde já, devido às diversas especialidades e tipos de pesca existentes dentro da própria classe.

O Programa deve, pois, distinguir as questões essenciais e de princípio, das questões secundárias. O essencial é que o Programa arme o

Partido, a classe operária e as massas com os princípios básicos e as directrizes fundamentais que os oriente na luta.

Dentro desta orientação, o título de «Programa do Partido Comunista Português» foi alterado para «Programa do Partido Comunista Português para a conquista da Democracia e melhoria das condições de vida do povo português». Precisa-se, assim, os objectivos do Programa para um período histórico imediato. O título não correspondia à estrutura e objectivos do Programa, pressupunha objectivos ulteriores que exigiam a definição dos problemas decorrentes da edificação duma sociedade socialista sem classes, fase primária da construção duma sociedade comunista. No Projecto, a parte programática estava demasiado ambiciosa, estabelecia objectivos só possíveis numa fase adiantada da sociedade socialista.

As correcções feitas correspondem à orientação de precisar o carácter imediato do Programa, fixando as transformações preconizadas no marco das realidades actuais do país.

Na fase actual da luta, o programa que mais interessa à classe operária e ao Partido, é um programa que se situe nas condições históricas do momento, estabelecendo os princípios fundamentais orientadores da linha política e dos objectivos a alcançar no período da luta pela mudança do regime salazarista e numa fase imediatamente posterior à instauração do regime democrático. Os objectivos ulteriores do Partido só poderão ser atingidos gradualmente. As realidades da vida portuguesa, o atraso económico e cultural em que Portugal se encontra devido à criminosa política salazarista, a actual correlação de forças de classe, o grau de consciência política e de organização da classe operária e das massas, não permitem à classe operária e à sua vanguarda, o Partido Comunista, colocar como tarefa imediata a realização de transformações socialistas. As realidades do país indicam-nos que as transformações de carácter democrático que assegurem a independência económica e política de Portugal e ao nosso povo uma vida mais desafogada, são as únicas que estão maduras nas presentes condições.

Precisamente por isso, embora o Programa enuncie os objectivos posteriores do Partido, ele é, fundamentalmente, um programa de acção com possibilidades de realização imediata. Como se diz no Programa, «o Partido Comunista Português tem por objectivo supremo a instauração do regime socialista e a construção da sociedade comunista em Portugal. A instauração do socialismo significará o termo das crises e do desemprego e representará a libertação

do nosso povo de toda a exploração do homem pelo homem, com todo o seu cortejo de misérias e de horrores. Na situação presente, não são possíveis tais transformações socialistas, mas é absolutamente possível substituir o actual governo fascista de Salazar por um governo democrático na base da unidade de todas as forças democráticas e anti-salazaristas, capaz de assegurar desde logo a satisfação das mais prementes reivindicações económicas, políticas e sociais das massas trabalhadoras e do nosso povo».

E tendo em conta estas realidades nacionais, que a linha dominante do Programa do Partido Comunista Português se orienta no sentido de libertar Portugal do domínio do imperialismo e dos monopólios nacionais e estrangeiros, que o governo de Salazar defende e representa, e que impedem o progresso da Nação, ameaçam a vida pacífica do povo português e privam o país das liberdades democráticas.

De acordo com esta orientação, a Reforma Agrária preconizada pelo Programa expropria somente a grande propriedade latifundiária que — conforme disse um camarada camponês nas apreciações feitas ao Projecto de Programa «na sua maior parte estão incultas, metidas em bravios, com grandes matagais, levando anos e anos sem produzirem um bago de semente, terras que bem cultivadas, fertilizariam «o celeiro» da Nação, dariam ao nosso povo uma vida mais desafogada».

O Programa estabelece «o respeito pela propriedade não-latifundiária». Isto significa que, com excepção dos latifundiários, todas as camadas do campesinato estão interessadas numa Reforma Agrária, o que se justifica porque são os latifundiários um dos sustentáculos do salazarismo; são eles que mantêm o atraso da nossa agricultura e impedem o seu desenvolvimento, que provocam o desemprego crónico dos assalariados agrícolas e a ruína dos pequenos e médios camponeses.

Tal como no Projecto inicial, o Programa estabelece a nacionalização das empresas monopolistas, mas quanto aos bancos precisa que só serão nacionalizados os bancos emissores, defende uma «inspecção rigorosa a toda a actividade bancária e seguradora» e que «as empresas e capitais da burguesia nacional não-monopolista não deverão ser nacionalizados». Também neste aspecto somente os monopolistas sem pátria, os que arrecadam centenas de milhares de contos de lucros por ano, à custa da miséria das classes trabalhadoras e da ruína da pequena e média burguesia serão atingidos por tais nacionalizações, pois elas beneficiarão até mesmo a burguesia nacional não-monopolista.

O Programa do Partido Comunista Português é, pois, um programa de combate da classe operária, mas os seus objectivos e reivindicações interessam a todas as camadas da população, a todos os que se opõem ao domínio do imperialismo e ao carácter fascista e monopolista do regime de

Salazar. É um Programa de luta pela paz, pela democracia, pela independência e soberania nacionais.

Camaradas:

Opondo-se ao carácter fascista do governo de Salazar, o Partido Comunista Português preconiza no seu Programa um regime político verdadeiramente democrático, onde todos os cidadãos portugueses beneficiem de todas as liberdades democráticas e de igualdade de direitos, sem distinção de sexo, religião ou raça, onde os trabalhadores tenham liberdade sindical, de greve e possibilidades de concluir livremente contratos colectivos com as entidades patronais.

Face à política imperialista do governo de Salazar para com os povos das colónias portuguesas, que desejam libertar-se da opressão e do jugo colonialistas, o Programa do Partido Comunista Português orienta-se pelo princípio do internacionalismo proletário, pelo princípio de que um povo que oprime outros povos não pode ser um povo livre, defende que se dêem todas as possibilidades às populações dos territórios de Goa, Damão, Diu, Macau e Timor para decidirem dos seus destinos, incluindo a de se integrarem nos seus países de origem, defende o «reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias portuguesas de África à imediata e completa independência».

Em lugar da política salazarista que ameaça arrastar o país para uma guerra de agressão às ordens do imperialismo americano e duma política externa que conduz Portugal ao isolamento internacional, o Partido Comunista Português defende no seu Programa uma política externa de paz e neutralidade, baseada na cooperação e na possibilidade de coexistência pacífica entre todos os Estados, o estabelecimento de relações diplomáticas, económicas e culturais com todos os povos, sem excepção, na base da não ingerência nos assuntos internos e do respeito pela soberania e interesses mútuos.

Contra a política clerical do governo de Salazar, o Programa do Partido Comunista Português defende um Estado laico, a separação da Igreja do Estado e a ajuda deste às necessidades do culto, o direito de professar e praticar qualquer religião.

Em oposição à criminosa política salazarista de abdicação nacional, o Programa do Partido Comunista Português tem como um dos seus objectivos fundamentais a defesa da independência e soberania nacionais, a denúncia de todos os tratados e compromissos de ordem internacional que sejam lesivos da independência da Nação e da vida pacífica do povo português, a entrega da base das Lagens e a saída dos comandos e oficiais americanos, ingleses e outros das unidades militares nacionais. No sentido de salvaguardar a independência económica da Nação, o Programa defende a anulação das concessões mineiras e industriais aos monopólios estrangeiros, a nacionalização das grandes empresas es-

franqueias consideradas lesivas da economia nacional.

Face à política do governo de Salazar que fomenta a concentração capitalista e a formação de monopólios que asfixiam e arruinam toda a economia nacional, o Partido Comunista Português preconiza no seu Programa a abolição dos monopólios, a nacionalização das empresas monopolistas e dos bancos emissores, liberdade de iniciativa para todos os industriais e comerciantes, medidas efectivas de defesa e fomento de todos os ramos da economia nacional e criação da indústria pesada, base da independência económica do país

Em lugar da política agrária salazarista que mantém na agricultura formas semi-feudais e cerca de um milhão de assalariados agrícolas sem um palmo de terra sua, o Programa do Partido Comunista Português defende a supressão da grande propriedade latifundiária e sua divisão gratuita pelos assalariados rurais e camponeses pobres, por meio de uma Reforma Agrária, que dê essa terra a quem a trabalha; a diminuição das contribuições pagas pelos camponeses pobres, abolição das suas dívidas junto das caixas de crédito agrícola, bancos e usurários, garantia de preços compensadores para todos os produtos agrícolas.

Opondo-se à intensa exploração da classe operária e dos baixos salários de todos os trabalhadores, que caracteriza a política do governo de

Salazar, o Partido Comunista Português defende no seu Programa, como um dos problemas mais imediatos, a elevação do nível de vida das classes laboriosas, o estabelecimento de um salário mínimo vital para todos os trabalhadores, salário igual para trabalho igual, o cumprimento efectivo da jornada de 8 horas de trabalho, inclusive para os trabalhadores rurais, o estabelecimento da semana de 44 horas para todos os trabalhadores e da jornada de 7 horas para os mineiros e operários das indústrias tóxicas; a supressão do imposto profissional, das multas, dos descontos para o desemprego e abono de família nos salários dos trabalhadores, estabelecimento para os operários agrícolas dos direitos conferidos pela Lei à classe operária e seguro social a cargo do Estado, no caso de reforma, velhice, invalidez, doença desastre, ou desemprego.

Contra a política salazarista caracterizada pelo obscurantismo que lançou o país num estado de grande atraso cultural que afecta e afectará toda a vida da Nação, o Programa do Partido Comunista Português preconiza medidas efectivas que assegurem a liquidação rápida do analfabetismo, a redução do custo do ensino secundário e superior, auxilio aos estudantes pobres, melhoria das condições de vida e dignificação do professorado, cientistas e artistas, desenvolvimento tecnico, cultural e artistico do país.

A classe operária, força decisiva na luta pela realização do Programa!

Camaradas:

O Programa do Partido abrange duas fases. A primeira fase, a mais imediata, é o afastamento do Poder da camarilha salazarista e sua substituição por um governo representativo das várias correntes de opinião anti-salazaristas. O Partido lutar para que esse governo restabeleça as liberdades democráticas, promulgue uma ampla amnistia, dissolva a Assembleia Nacional, a PIDE e outras organizações fascistas, resolva os problemas mais urgentes das classes laboriosas e eleve o seu nível de vida, publique uma Lei eleitoral democrática, convoque o eleitorado para a eleição duma Assembleia Constituinte dentro do prazo máximo de seis meses, etc..

Entretanto, o Partido Comunista Português não deixará de apoiar, embora condicionalmente, como se diz no Programa, «um governo de homens honrados que, substituindo a camarilha salazarista no Poder se proponha restabelecer as liberdades fundamentais, reconhecer aos partidos políticos plena liberdade de agitação eleitoral e respeitar a voz do povo através de eleições livres».

Esta fase de transição para um regime democrático só terminará depois de realizadas elei-

ções livres e eleita uma Assembleia Constituinte. A segunda fase corresponde ao periodo da luta pela integral democratização do país e melhoria das condições de vida do povo.

A luta pela mudança de regime é o factor imediato na luta pela realização do Programa. Para atingir esse objectivo, o Projecto de Programa só admitia um único caminho: o levantamento nacional, o recurso à violência. No Projecto que agora colocamos à apreciação do C.C. coloca-se uma alternativa, existe a possibilidade de conseguir esse mesmo objectivo por meios pacíficos. Como se diz no Programa, «servindo o povo e o país, o Partido Comunista Português considera que na actualidade é possível solucionar o problema político português num sentido democrático, sem necessidade de luta armada, por meios pacíficos. Para se conseguir tal solução é imprescindível que se ponham de acordo as forças políticas e sociais democratas e anti-salazaristas, de esquerda e de direita».

E o Programa acrescenta: «Evitar mais violências, mais ódios e mais perseguições da ditadura salazarista, evitar uma luta sangrenta entre portugueses, depende da acção dos comunistas, da classe operária e das massas populares. Depende também da acção de alguns sectores da

burguesia nacional que durante muito tempo julgaram que Salazar defendia os seus interesses, mas hoje verificam que ele e o seu governo são agentes de um punhado de monopolistas e do capital estrangeiro cujos interesses defendem. Se estes sectores da burguesia compreenderem a situação e, para defesa dos seus próprios interesses, unirem os seus esforços aos das massas populares e lutarem também pela substituição da camarilha salazarista no governo da Nação o caminho que conduz à democracia e à independência será menos doloroso. Se no nosso país se realizar uma ampla frente nacional anti-salazarista de luta pela mudança de regime, torna-se absolutamente possível fazê-lo sem guerra civil».

Se apesar dos esforços das forças democráticas e anti-salazaristas, o governo de Salazar, continuar a recorrer à ilegalidade para se manter no Poder, e a responder com a violência às reclamações populares, às manifestações de massas de carácter pacífico, às aspirações da Nação no sentido de Portugal regressar à legalidade, à democracia e a um política de paz e de independência, o nosso povo será forçado a responder à violência salazarista com a força revolucionária das massas. Nesse caso — como se diz no Programa — «a responsabilidade por uma tal saída recairá inteiramente sobre o governo de Salazar e as forças e pessoas que o apoiarem».

Só a mais larga unidade de todos os patriotas e anti-salazaristas poderá realizar a tarefa de edificar um regime democrático e um Portugal independente e soberano. O caminho a percorrer não será fácil. Trata-se duma luta contra o domínio do imperialismo e dos monopólios que o governo de Salazar representa, de substituir um regime que há 31 anos se apoderou e se mantém no Poder, recorrendo à violência, à ilegalidade, ao arbítrio.

Ganhamos as massas para o Programa!

Camaradas:

Ante o nosso Partido coloca-se uma tarefa fundamental: discutir, estudar e assimilar o Programa. Ganhar todo o Partido para a luta pelo triunfo das ideias e dos objectivos do Programa, é o factor decisivo para a realização prática da linha política do Partido.

O Programa será uma poderosa arma na luta pelo fortalecimento político, orgânico e ideológico do Partido. Devemos fazer todos os esforços para que em todas as organizações e organismos do Partido se realizem reuniões especiais onde o Programa seja estudado e largamente discutido. Somente assimilando o Programa, o Partido e todos os comunistas estarão em condições de lutar por ele e de o explicar às massas. Somente assim, também, o Partido e as massas poderão melhorar o Programa no futuro.

A acção do Partido deve estar subordinada à

Nas presentes condições, as transformações democráticas que se impõem não poderão ser realizadas por um único partido ou por uma só classe. Mas será a classe operária com a sua vanguarda à cabeça, o Partido Comunista, em estreita aliança com o campesinato, a força decisiva e capaz de congregar todos os portugueses ansiosos de libertarem Portugal.

A classe operária é a força mais poderosa e indestrutível. Sem os operários, as fábricas e as oficinas, as minas e as construções, os barcos e os transportes não funcionam e a vida paralisaria. Sem os operários e os camponeses, não haveria pão nem alimentos e a vida seria impossível.

Unir e elevar o grau de organização, de consciência política e de combatividade da classe operária, é a nossa tarefa mais imediata e decisiva. Como se diz no Programa «a realização da unidade da classe operária e a organização de lutas pelas reivindicações económicas, políticas e sociais, cada vez em maior número e mais potentes, são o factor base para a construção da unidade de acção de todas as forças democráticas e anti-salazaristas. As acções de massas de vastos sectores, de todas as camadas da população e classes são, por sua vez, o factor chave para fazer decidir os hesitantes a vir em engrossar a unidade e a luta. Serão as lutas de massas por reivindicações muito precisas que, mais devagar ou mais depressa, conforme a potência que forem atingindo, conduzirão ao debilitamento, à desagregação contínua das fileiras salazaristas. Serão elas que acabarão por levar à realização prática de uma ampla frente nacional anti-salazarista, frente nacional de acção que abrirá a possibilidade para a solução pacífica do problema político português num sentido democrático».

luta pelas exigências do Programa. Este pode e deve ser um instrumento de recrutamento dos homens, mulheres e jovens que o aceitem, se disponham a lutar por ele, a ingressar nas fileiras do Partido e a fortalecer as suas organizações. Muitos trabalhadores vieram ao Partido e à luta contra o salazarismo depois de conhecerem o Projecto e muitos mais virão depois de conhecerem o Programa.

Muitos camaradas e muitos trabalhadores sem — partido, tiveram a ingenuidade de supor que, bastaria substituir o regime de Salazar para que o Programa do nosso Partido fosse imediatamente realizado. Tais ideias testemunham a inabalável confiança no nosso Partido. Mas o Programa do Partido não está desligado da vida, ele é um instrumento de luta. O Partido estabeleceu o seu Programa mas ele não será realizado sem luta. Quer no período actual de luta pela substituição do regime de Salazar, quer no

período de luta pela democratização do país e melhoria das condições de vida do povo, o Programa só será realizado se a classe operária lutar pela realização dos seus objectivos e, principalmente, se desempenhar um papel dirigente.

Não basta desejar que a classe operária seja a força dirigente na luta contra o salazarismo e pela realização de transformações de carácter democrático, pois esse papel dirigente só poderá ser desempenhado se a sua vanguarda, o Partido Comunista, fortalecer mais e mais as suas organizações, se a classe operária realizar a sua unidade nas mais variadas formas de luta, por reivindicações económicas, políticas e sociais, se elevar o grau da sua organização.

Como se diz no Programa, «unida, a classe operária representa uma enorme força de atracção para as restantes massas laboriosas do País, sendo assim a base poderosa em que assentará a união de todas as forças democráticas e anti-salazaristas. A unidade e a luta da classe operária e de todas as camadas laboriosas do nosso povo terá a força decisiva capaz de arrastar atrás de si as camadas mais hesitantes. Só uma tal união de forças e de vontades terá capacidade para conquistar a liberdade e a democracia pelo afastamento do Poder da ditadura salazarista».

Cada membro do Partido, cada operário ou camponês, cada intelectual, cada jovem ou mulher comunista, onde quer que trabalhe e lute, deve, pois e desde já, ligar à sua actividade quotidiana pelas reivindicações imediatas das massas, a luta pelos objectivos do Programa.

O Programa do Partido Comunista Português é o programa de combate da classe operária, mas não defende somente os interesses da classe operária; ele expressa os anseios de todo o nosso povo e de todas as camadas sociais da Nação. Por isso, a luta pelo Programa está indissolúvelmente ligada não somente à luta pela unidade da classe operária, mas também à luta pela aliança com o campesinato e pela união de todos os anti-salazaristas na luta pela solução pacífica do problema político português.

Será assim que o Programa do Partido Comunista Português, porque corresponde aos interesses nacionais, poderá e deverá transformar-

-se no Programa de todo o nosso povo e dos mais vastos sectores da população portuguesa. Todos os homens, mulheres e jovens das mais diversas tendências políticas e crenças religiosas, poderão fazer do Programa do Partido Comunista Português o seu próprio Programa.

Para isso, é indispensável divulgá-lo ao máximo entre as massas, levar o Programa às fábricas, aos campos, às escolas, a todos os locais de trabalho, à intelectualidade, às donas de casa, aos camponeses e lavradores, aos comerciantes e industriais. No País não existe, presentemente, imprensa legal onde o Programa possa ser publicado, mas existe a possibilidade de publicar milhares de exemplares e a publicação, em separado, doutros milhares de capítulos ou extractos do Programa, de acordo com os sectores e camadas a que se destinem.

As massas só lutarão pela realização do Programa se o conhecerem e compreenderem a justeza dos seus objectivos. Por isso devemos fazer todos os esforços para que a divulgação do Programa se alie a realização de reuniões e discussões colectivas nos locais de trabalho e de residência, para discutir e explicar o Programa entre as vastas massas, onde estas o possam criticar, analisar deficiências e manifestar ao Partido as suas discordâncias.

Nós, os comunistas portugueses, não imporemos a ninguém as nossas ideias, mas ao nosso lado poderão lutar todos os anti-salazaristas, mesmo aqueles que concordem somente com um dos objectivos do nosso Programa. Dispomos-nos a lutar com todos os anti-salazaristas que possam ser nossos aliados, mesmo que temporariamente. Não seremos nós que porremos obstáculos ao estabelecimento de acordos e plataformas de acção comum, de carácter temporário ou não, adquirindo ou não expressões orgânicas, na luta por objectivos mesmo parciais do Programa do Partido Comunista Português.

Camaradas: A realização do Programa depende da unidade e da acção que forjarmos à sua volta. O Programa será uma poderosa alavanca na luta pela unidade da classe operária, de todos os patriotas e anti-salazaristas, na mobilização de todo o nosso povo; ele será um farol que iluminará o povo português na luta pela sua libertação.

Viva o Programa do Partido Comunista Português, Programa de luta pela paz, a democracia e a independência nacional!



V CONGRESSO
do Partido Comunista
Português

SOBRE O MOVIMENTO DA JUVENTUDE

Intervenção do camarada Melo



EDIÇÕES «AVANTE!»

OUTUBRO—1957

V CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Sobre o Movimento da Juventude

Camareadas:

No Informe do Comité Central apresentado pelo camarada Ramiro ao Congresso do nosso Partido, faz-se uma justa análise do panorama político nacional e internacional, e aponta-se o caminho para se libertar Portugal das garras do salazarismo e fazer da nossa Pátria uma Nação livre e independente.

Ao nosso Partido coloca-se a tarefa de unir e pôr em movimento as mais vastas massas populares. Esta grandiosa tarefa só se tornará possível com a participação activa da juventude que constitui uma das mais importantes camadas da população portuguesa.

Com idades não superiores a 24 anos existiam em 1950, mais de 4 milhões de jovens rapazes e raparigas, o que representa 48,1º da população total do país.

Em relação ao total da população activa do país (perto de 6 milhões de pessoas), existiam 1.860.000

Intervenção do camarada MELO

jovens de 12 a 24 anos, isto é, 31,1º do total, sendo 960 mil raparigas.

Na agricultura labutam 461 mil jovens de idade inferior a 24 anos, o que representa cerca de um terço da população activa na agricultura.

Nas indústrias metalúrgicas metalo-mecânicas e eléctricas trabalhavam 28 mil jovens de 12 a 24 anos, isto é, 42,5,1º do total dos operários destas indústrias (115.000).

No fabrico de calçado e roupas existiam 142 mil trabalhadores, dos quais 63.175, isto é, 44,1º, eram de jovens até 24-anos, sendo 39 mil as raparigas com as mesmas idades.

Em todo o ensino secundário estudam 110 mil jovens (42 mil são raparigas) e no ensino superior 19 mil (sendo mais de 5 mil raparigas).

Estes números são a comprovação de que sem a participação massiva da juventude não pode haver movimentos de massas.

O Salazarismo — principal inimigo da Juventude

Depois de 31 anos de governação salazarista, a miséria, a opressão, o obscurantismo, a tutela do imperialismo americano e o perigo da juventude ser utilizada numa guerra de extermínio, são os «benefícios» resultantes da criminosa política salazarista.

Com o apoio e a instigação da camarilha salazarista intensifica-se por todo o país uma desenfreada exploração da mão-de-obra infantil e juvenil. 400 mil rapazes e raparigas de 12 a 14 anos e 438 mil jovens de 15 a 17 anos labutam nas fábricas e oficinas, nos campos e escritórios, com salários que muitas vezes não atingem 5\$00 diários e, em muitos outros casos, não recebem qualquer salário sob o pretexto da chamada aprendizagem.

Milhares de jovens passam anos numa aprendizagem que só existe para justificar salários mais baixos. Na indústria têxtil, por exemplo, há categorias onde o período estipulado para a aprendizagem é de 8 meses, quando 15 dias é o suficiente, sucedendo muitas vezes que o patronato os despede ao fim dos 8 meses e substitui-os por novos aprendizes. Milhares de jovens, particularmente as raparigas, são forçadas

a recorrerem aos trabalhos mais dispares e não conseguem ter um ofício, aproveitando-se o patronato desta situação para os sujeitar a salários baixíssimos.

Para os jovens operários agrícolas e camponeses, o salazarismo significa além dos baixos salários, o desemprego permanente, a falta de um bocado de terra sua onde possam deitar uma semente, a destruição da pequena propriedade, as privações de todo o género.

Para os jovens estudantes, o salazarismo personifica o aumento das propinas, os livros caríssimos, uma alimentação cara e deficiente em quartos sem condições higiénicas e de estudo, o ensino retrógrado e desligado da vida, a falta de professores qualificados, de laboratórios e de escolas. Num inquérito feito a 2.500 jovens trabalhadores, pelo jornal católico «Juventude Operária» (Abril de 1957), 80,9,1º declararam que não tinham continuado a estudar, após a instrução primária, por absoluta falta de recursos económicos da família.

Esta a razão porque, segundo o censo de 1950, somente 1,4,1º dos portugueses de 18 a 34 anos possuem

ou frequentam o ensino superior. E para uma parte dos que após todos os sacrifícios conseguiram tirar um curso, acabam por perguntar a si próprios para que servem os diplomas se não encontram emprego correspondente.

O salazarismo faz a apologia da família, mas dezenas de milhares de jovens vivem em «ilhas» e baracas, em furnas, em quartos onde coabitam famílias inteiras e na mais completa promiscuidade, impossibilitados de edificar um lar. Mais de metade dos partos que se dão no país não têm a mais leve sombra de assistência de médico ou de parteira. Em 1955, num total de 216 mil partos, não tiveram qualquer assistência 130 mil, isto é, 60,1%. Isto contribui para que morram em cada ano, 30 mil crianças portuguesas, com menos de 5 anos, cifras que representam uma média de cerca de 30% do total de óbitos do país.

A juventude ama o desporto mas só uma reduzida percentagem o pode praticar por falta de piscinas, de ginásios (que se contam pelos dedos) e de parques desportivos. A educação física da juventude só poderá fazer-se desde que a juventude seja orientada e estimulada na prática intensiva da ginástica. Contudo, até nas escolas comerciais, industriais e universitárias não há ginástica e os poucos professores de ginástica diplomados pelo INEF andam pelos clubes recreativos e desportivos a mendigar a abertura duma classe de ginástica, mas que a vida difícil da grande maioria dos clubes não pode satisfazer, pois desporto e cultura também pagam impostos, são fontes de receita do salazarismo.

O salazarismo priva a juventude das mais elementares liberdades democráticas e sindicais e esforça-se por amordaçar o seu espírito crítico e criador. Milhares de jovens, por lutarem pelos seus direitos, têm passado pelas masmorras da Pide, jovens como o estudante Branco, o operário Germano Vidigal, o operário agrícola Alfredo Lima, a camponesa Catarina Eufêmia, foram assassinados cobardemente, e jovens como Maria Ângela, Maria Cecília, Carlos Costa, Ramos de Almeida, Vasco Cabral, Nuno Duarte, Angelo Velloso e outros, vítimas de processos-farsa, foram condenados a longos anos de prisão e sujeitos a medidas de segurança que podem significar a prisão perpétua.

O salazarismo fala na época heróica dos descobrimentos, mas Camões, que cantou essas epopeias é desconhecido da nossa juventude e Portugal é colonizado pelos imperialistas americanos. Fala no chamado «mundo livre» mas a juventude portuguesa ainda não conheceu o sol da liberdade.

O salazarismo fala à juventude na chamada «civilização ocidental» para onde o imperialismo norte-americano exporta as «virtudes» do ódio racial, os mais baixos instintos, que dão origem a que um psiquiatra americano afirmasse não há muito, que mais de cinquenta por cento da juventude do seu país era constituída por psicopatas, daí o aumento vertiginoso e cada vez mais grave da delinquência e da criminalidade entre os adolescentes.

Por sua própria natureza, a juventude ama a paz, a convivência entre jovens de todas as raças, ideologias, camadas sociais e nações. Porém, o salazarismo fomenta o ódio entre os povos, envia milhares de jovens soldados para Goa, a milhares de quilómetros de suas famílias e procura utilizá-los na vã tentativa de esmagar o movimento de libertação dos povos

das colónias portuguesas. O salazarismo põe Portugal à disposição dos fomentadores de guerra americanos e a nossa juventude corre o perigo de ser sacrificada numa guerra de extermínio, como o demonstrou a agressão ao Egipto, para onde seria deslocada uma divisão das tropas portuguesas às ordens do NATO, se as forças imperialistas agressoras não tivessem sido forçadas a debandar.

Para o salazarismo, os países do campo do socialismo constituem a chamada «cortina de ferro», mas por receio dos confrontos os jovens suspeitos de desejarem participar no Festival pela paz e a amizade, recentemente realizado em Moscovo, foram proibidos de saírem do país. O ódio salazarista à União Soviética não consegue impedir que a nossa juventude seja atraída cada vez mais pelas ideias luminosas do socialismo e veja na URSS o país onde acabou a exploração do homem pelo homem, onde se constrói vitoriosamente o comunismo, o baluarte da paz entre os povos, o país onde a juventude tem uma vida feliz, um futuro radioso e onde pode dar total expansão ao seu patriotismo e poder criador.

A experiência da juventude, duma experiência vida inteiramente sob o regime salazarista, com o seu cortejo de misérias e opressões de todas as espécies, é suficientemente dolorosa para compreender que do salazarismo nada de bom pode esperar. Entre a essência do carácter de classe do regime salazarista e as reivindicações e aspirações da juventude, abre-se um verdadeiro abismo.

A jovem geração portuguesa não está com o salazarismo que a oprime e explora e tem participado activamente na luta geral do nosso povo. Com o desenvolvimento de dezenas e dezenas de pequenas e grandes acções e movimentos de massas que mobilizaram amplas massas de jovens de todas as camadas sociais, a juventude criou, em 1946, o MUD Juvenil, que unia nas suas fileiras, somente após um ano de existência, cerca de 20 mil aderentes, o que é bem a demonstração do espírito combativo que anima a nossa juventude.

Foi o MUDJ que, na primavera de 1947 realizou a «Semana da Juventude» que mobilizou e uniu milhares de jovens de várias regiões do país em múltiplas actividades recreativas, culturais e desportivas, entre as quais se conta a magnífica jornada de Bela Mandil, no Algarve.

Os jovens trabalhadores tiveram uma participação activa nas greves das construções navais em 1947 e noutras lutas da classe operária; nas greves e concentrações dos assalariados agrícolas do Alentejo e Ribatejo, nas quais se conta a manifestação contra o assassinato do jovem camponês Alfredo Lima, em Alpiarça, e em dezenas de muitas outras lutas.

Os jovens estudantes têm provado que continuam fiéis às tradições de luta do passado, como o demonstram as greves, as manifestações e o luto académico de 1947, em Lisboa, Coimbra e Porto e, mais recentemente, o largo movimento de protesto e as manifestações de rua e na Assembleia Nacional, dos estudantes de Coimbra e Lisboa, contra o decreto 40.900, em que a Assembleia Nacional foi forçada — pela 1.ª vez ao longo de 31 anos de regime fascista — a regeitar um decreto promulgado pelo governo.

A juventude tem vincado bem a sua presença nas lutas do povo português pelas liberdades democráticas.

cas e pela paz. Nos movimentos de massas no período do MUD, nas candidaturas do General Norton de Matos e Professor Rui Luís Gomes; nas jornadas de paz de Grândola, Seixal e Albarraque, nas memoráveis jornadas de luta contra o Pacto do Atlântico, em Fevereiro de 1952, a juventude tem tido uma participação destacada e o MUDJ uma acção dirigente. E apesar do salazarismo ter transformado Portugal num enorme campo de concentração cercado pelo Atlântico e pela Espanha franquista, rodeado as fronteiras de agentes da PIDE, o MUDJ tem vencido todos os obstáculos e enviado dezenas de representantes da juven-

tude aos grandiosos festivais mundiais da juventude e dos estudantes realizados em Budapest, Praga, Berlim, Bucarest, Varsóvia e recentemente em Moscovo, com a presença de dezenas de milhares de jovens de 131 países, na mais representativa de todas as assembleias de povos até hoje realizadas.

A abnegada e difícil luta da juventude portuguesa é a melhor demonstração do seu patriotismo, do seu amor à causa da paz e da democracia, e a afirmação da sua determinação em construir com as suas próprias mãos um futuro melhor e um Portugal independente e soberano.

Ganhar a juventude para o lado das forças democráticas

Na luta pela libertação do país da fútila do imperialismo e da camarilha salazarista, a juventude desempenhará um papel positivo ou negativo, conforme o lado em que se coloque.

O salazarismo tem-se esforçado para atrair para o seu lado as grandes massas da juventude portuguesa. Sob a inspiração do nazismo hitleriano e do fascismo mussoliniano, o salazarismo criou a Mocidade Portuguesa com o objectivo de enquadrar uma única organização toda a nossa juventude e educá-la no espírito do fascismo e do militarismo.

Tais esforços têm sido baldados embora 31 anos de educação e opressão fascista tenha criado uma atmosfera de temor, e minado a juventude no seu espírito crítico e criador. O congresso da M.P., realizado em 1956, evidenciou a encruzilhada e a crise em que se debate a M.P., tal como o regime que a criou.

Mas o salazarismo não desistiu de atrair para o seu lado a juventude ou pelo menos, para a neutralizar e impedir que se una e lute ao lado das forças democráticas. As constantes solicitações e apelos feitos ultimamente por ministros e dirigentes salazaristas à juventude, demonstram que o salazarismo reiniciou uma nova ofensiva para tentar ganhar a juventude.

Nesse sentido, o salazarismo procura corrigir os processos inicialmente imprimidos à MP, camuflar o carácter pré-militar dessa organização e desenvolver ao máximo a prática de diversas modalidades desportivas, para o que colocou novos meios à disposição da MP, nomeadamente os estádios universitários de Lisboa e do Porto.

A realização no verão deste ano, no Estádio Nacional e com a presença de quase todo o governo, duma manifestação desportiva a que deram o nome de «*Festival da Juventude*» — designação esta já usada pelo MUDJ em diversas das suas realizações — testemunha também o sentido em que o salazarismo e a MP estão orientando os seus esforços. Num dos vários prospectos que ultimamente têm feito circular entre a juventude dis-se que «*é preciso que de norte a sul do país a Mocidade estabeleça os seus acampamentos, e jogue, e brinque, e trabalhe, e cante, e reze, na plena e sã alegria da natureza*».

É caso para dizermos que o lobo tenta vestir a pele de cordeiro... Todos sabemos que o salazarismo dispersou com carros de assalto e metralhadoras a confraternização juvenil realizada em Bela Mandil; que a Faculdade de Medicina de Lisboa foi em 1947 assaltada por fortes contingentes da PIDE e da PSP, que

espancaram bárbaramente e prenderam dezenas de estudantes; que dezenas de estudantes foram recentemente espancados em frente da chamada Assembleia Nacional; que têm proibido acampamentos colectivos de campistas; que dezenas de jovens têm sido presos somente porque confraternizam e cantam, como sucedeu ainda recentemente na excursão de jovens do Barreiro a Alpiarça.

A realidade é que, à vista das massas, o salazarismo tenta vestir a pele de cordeiro, mas em cada sector juvenil vai imprimindo um carácter cada vez mais marcial e militarista e forçando grandes massas de jovens a ingressar nas fileiras da MP.

Recentes disposições colocam todos os estudantes universitários em idade militar na alternativa de interromperem os estudos por 18 meses ou frequentarem anualmente os cursos de preparação militar da MP e perderem o gozo das suas férias anuais nos acampamentos e manobras que os mesmos envolvem.

Também com o objectivo de forçar milhares de jovens com menos de 16 anos interessados em jogarem futebol a ingressarem na MP e sugestarem-nos às suas actividades pré-militares, numa recente entrevista ao jornal «*Mundo Desportivo*» (8-7-957), o presidente da Federação Portuguesa de Futebol preconiza um entendimento entre a MP e a Federação, as Associações e os clubes, para criar nos clubes centros extra-escolares da MP, fiscalizados pelos inspectores da MP, como sendo a única forma de permitir que os jovens de idade inferior a 16 anos possam praticar futebol. Tal imposição significará — se for posta em prática — transformar os clubes em apêndices da MP e forçá-los a financiar e a consentir as actividades militaristas da MP estranhas aos clubes desportivos.

O salazarismo está, pois, procurando modificar e refinar os processos e os meios, mas os seus objectivos mantêm-se. Educar a juventude no espírito fascista que caracteriza o regime e que designam por «*consciência nacionalista*» num dos tais prospectos que têm distribuído e onde também é salientada a necessidade de «*desenvolver o sentimento da ordem, o gosto da disciplina e o culto do dever militar*» é a comprovação de que os processos podem alterar-se mas os fins continuam a ser os mesmos.

A prová-lo está também o acordo estabelecido logo a seguir ao Congresso da MP, em 1956, com a milícia fascista da Legião Portuguesa, onde se estabeleceu que a MP «*convivará sempre os seus filiados...*

a alistar-se na Legião Portuguesa» e que «a MP procurará, na medida do possível recrutar os seus instrutores do quadro geral entre os filia- dos da L.P.».

A prová-lo também, está o recente decreto 40.900, cujo objectivo consistia em liquidar as Associações de estudantes e integrar todas as suas actividades e organizações na MP.

Sem a juventude, o salazarismo não poderá sobreviver. Daí os intensos esforços que está desenvolvendo para criar ilusões e aliciar a juventude. Substituir estes esforços seria manifestamente prejudicial à luta da juventude e de todo o nosso povo. E um dos maiores prejuízos consiste na resistência — que é indispensável vencer caso ela persista — dos nossos camaradas e dos jovens progressistas em actuarem junto da MP.

Nas fileiras da MP encontra-se uma minoria insignificante de filhos de salazaristas que constituem a Milícia e a Liga dos Antigos Graduados. Mas também lá se encontram os milhares de jovens dos liceus obrigados a pertencerem à MP e todos aqueles que procuram praticar as modalidades desportivas e recreativas que a MP se está esforçando por desenvolver.

Nos centros extra-escolares espalhados por muitas localidades do país encontram-se muitos jovens trabalhadores, atraídos pelo campismo, o futebol, a vela e o hipismo, cantos corais e outras actividades recreativas, com que a MP procura disfarçar a sua preparação militar e fascista. Não actuar nestes centros extra-escolares e em todos os centros da MP, será facilitar ao salazarismo a sua acção perniciosa entre os milhares de jovens que pertencem obrigatoriamente ou não à MP.

Os comunistas devem estar onde está a juventude. Devem utilizar-se dos meios que dispõe a MP para defender os interesses da juventude, lutar contra a demagogia da MP e para que as suas modalidades desportivas possam ser praticadas por todos os jovens, lutar contra o carácter pré-militar da MP e, dentro das suas próprias fileiras, lutar pelos anseios de todos os jovens e uni-los na luta contra o salazarismo.

Entretanto, há que salientar que não é somente o salazarismo que está realizando esforços para atrair as massas juvenis. O mesmo está sendo feito pela Igreja Católica, através das organizações das juventudes católicas (J.I.C., J.A.C., J.E.C., J.U.C., J.O.C.), que são das mais importantes organizações juvenis existentes no momento presente. A Igreja Católica, sentindo a pressão do descontentamento das largas massas do país e receando perder a influência que exerce em largas camadas, devido ao apoio que sempre tem prestado ao salazarismo, está procurando alargar a sua influência nas massas juvenis e a ir ao encontro dos problemas vivos da juventude, anali-

sando-os de maneira viva e realista.

Os jornais mensais da J.O.C. e J.O.C. Feminina, («Juventude Operária» e «Vida e Alegria»), têm aumentado progressivamente as suas tiragens, que oscilam entre os 25 e 30 mil exemplares. O mesmo se verifica com o jornal dos estudantes da J.U.C. («Encontro»), e com o jornal dos pré-jocistas («O Aprendiz»).

Recentemente, foi organizado na CUF, do Barreiro, um curso dirigido por um jovem padre no qual participam cerca de 100 jovens, incluindo não-católicos, tendo sido eleita entre os participantes a direcção do curso. Segundo se diz, pretendem discutir todos os problemas da juventude, incluindo o problema dos salários e as questões ideológicas. Um dos temas em discussão é sobre quais são os dois sistemas que hoje comandam os destinos do mundo.

Este exemplo é bem significativo e indica-nos que a Igreja procurará organizar cursos semelhantes noutras empresas. Ele é a demonstração dos enormes esforços que a Igreja está fazendo para atrair e organizar a juventude operária, não receando ir ao encontro dos anseios e problemas que mais a preocupam e procurando, ao mesmo tempo, neutralizar a crescente atracção que as ideias triunfantes do Socialismo está encontrando entre a juventude.

Por sua vez, as Juventudes Monárquicas trilham o mesmo caminho. O semanário monárquico, «O Debate», iniciou a publicação de uma página inteiramente dedicado à juventude, onde apelaram para a colaboração dos jovens republicanos, democratas e socialistas porque — dizem — a página não os divide pelas suas ideias, é de todos.

O mesmo sucede com alguns partidos, agrupamentos e individualidades democráticas que também iniciaram esforços para se aproximarem da juventude e fazem tentativas para a criação de agrupamentos entre os jovens progressistas.

O facto do salazarismo e outras forças políticas e sociais fazerem constantes apêlos à nossa juventude e acenarem-lhe com promessas e solicitações de todos os tipos, é bem o testemunho do papel decisivo que a juventude tem a desempenhar. Esta situação exige que todo o nosso Partido, como vanguarda da classe operária e principal destacamento de combate na luta por uma ampla frente nacional anti-salazarista, compreenda que é a ele, principalmente, que cabe a tarefa de subtrair a juventude de influências estranhas aos seus interesses, a tarefa de esclarecer e habilitar os jovens a compreenderem que os seus anseios só poderão ser satisfeitos lutando ao lado das forças patrióticas, ao lado das forças democráticas e anti-salazaristas.

Unir, organizar e mobilizar a juventude em defesa dos seus direitos e das suas nobres aspirações é uma das tarefas mais decisivas do momento.

O Partido e o Movimento da Juventude

É ao nosso Partido que cabe a tarefa de ajudar a juventude a lutar pelas suas reivindicações e anseios, facilitar-lhe o seu agrupamento e orientá-la para a acção. Ganhar a juventude para a luta comum de

todo o nosso povo, atraí-la para as ideias luminosas do socialismo e às fileiras do nosso Partido, é uma questão da máxima importância. A juventude é aquilo que nasce e cresce e, na realidade, «quem ganhar

a juventude ganhará ao mesmo tempo o presente e o futuro».

O nosso Partido necessita de fazer uma autêntica viragem na sua actividade em relação ao movimento da juventude. Todo o nosso Partido e cada comunista deve compenetrar-se que é nossa tarefa viver e compreender os problemas da juventude e o papel decisivo que ela pode e deve desempenhar.

Quando alguns camaradas preconizam, ainda hoje, que os jovens membros do Partido só devem receber orientação do movimento juvenil onde actuam, que o Partido se deve limitar a apontar indicações muito gerais e deixar aos jovens o trabalho de encontrar as soluções, esquecem-se que é ao Partido Comunista, vanguarda da classe operária, munido da bússola do marxismo-leninismo e com a experiência adquirida ao longo de 36 anos de luta que pertence a responsabilidade política de unir, organizar e mobilizar a juventude na luta pelos seus interesses e aspirações. A juventude está indissolúvelmente ligada ao nosso povo e só poderá ver satisfeitas as suas aspirações se aliar a sua luta à luta geral do nosso povo.

Camaradas!

Já lá vão 11 anos desde que o 2.º Congresso Ilegal do nosso Partido traçou uma viragem em relação ao movimento da juventude ao dissolver a Federação da Juventude Comunista Portuguesa (FJCP), e ao preconizar a concentração de todos os esforços na criação e desenvolvimento das organizações legais da juventude, na criação de uma organização nacional legal da juventude progressista.

A viragem preconizada e as condições então existentes permitiram que após o 2.º Congresso, o movimento da juventude tivesse sensíveis progressos. Surgiram novas organizações juvenis e outras alargaram a sua influência. O Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ), que então iniciava os seus primeiros passos, foi uma dessas organizações.

Em 1947, Álvaro Cunhal afirmava com razão, no informe do Se. relariado ao Comité Central, que «o MUDJ constitui pelo que é e pelas perspectivas imediatas que se lhe oferecem, o mais importante movimento de massas juvenil jamais existente no país». O rápido desenvolvimento e influência do MUDJ, o seu carácter nacional e de massas, levaram-nos a concluir que o MUDJ tinha todas as condições para «assegurar a unificação da actividade juvenil em todas as organizações legais de massas», conforme preconizara o 2.º Congresso.

Desde a criação do MUDJ, em 1946, até às grandiosas jornadas de luta em volta da candidatura do General Norton de Matos, viveu-se um período de largo ascenso da luta democrática. Mas a partir de 1949 iniciou-se um período de refluxo e o Partido prosseguiu na mesma orientação sem ter em conta a intensa e constante repressão salazarista desencadeada contra o MUDJ, o posterior desaparecimento do MUDJ e a rotura da unidade entre as forças democráticas a partir de 1949. Tudo isto, aliado ao sectarismo em que o Partido mergulhou, particularmente a partir de 1949, reflectiu-se profundamente em todo o movimento da juventude.

Afirmamos diversas vezes que a raiz das deficiências do movimento juvenil e o principal obstáculo ao seu desenvolvimento residia nas demasiadas preocupações políticas e no conteúdo sectário da activi-

dade e da linguagem do MUDJ. Esqueçamo-nos, porém, que isso não era mais do que o prolongamento do sectarismo que se anichara no Partido, era o resultado da orientação que a Direcção do Partido imprimiu aos nossos camaradas que militavam no movimento da juventude.

Embora o nosso Partido defendesse o carácter independente do movimento da juventude, a realidade é que muitas vezes agíamos de forma a colocar os jovens e as suas organizações sob tutela, impondo-lhes as nossas ideias e directrizes e interferindo, na prática, com o carácter independente dessas organizações. Isso contribuiu para que os nossos jovens camaradas que militavam no seio do movimento da juventude se sentissem manietados, receassem ter iniciativas sem ouvir previamente o Partido.

Sofrendo a influência do nosso sectarismo, era natural que muitos jovens seguissem os nossos métodos e que em muitos casos quizessem mesmo ser mais papistas do que o papa. Até mesmo a chamada «política da «vassoura» teve o seu natural prolongamento no MUDJ, expulsando das suas fileiras, muitas vezes sem razões justificáveis, dezenas dos seus aderentes.

A subestimação que tem havido no Partido pelos problemas da juventude e o dogmatismo da nossa orientação levou-nos a sobrestimar as reais possibilidades do MUDJ e a concluir que ele tinha todas as possibilidades para unir e mobilizar a juventude. Nós dizíamos que todos os jovens deviam lutar nas fileiras do MUDJ e dele receberem orientação para as suas actividades, isto é, canalizamos os nossos esforços a respeito do movimento da juventude num único sentido. E ao identificarmos o MUDJ com o movimento geral da juventude, não tivemos em conta que o MUDJ não possuía qualquer trabalho organizado em muitas regiões e, por isso, muitos jovens não eram atraídos à luta e ficavam perdidos. Esta orientação, particularmente nos últimos tempos, constituiu um travão ao aproveitamento de todas as organizações juvenis e ao desenvolvimento de todas as possibilidades legais do movimento juvenil.

No Partido continuou, pois, a prevalecer a tradição negativa de atribuir exclusivamente aos jovens a tarefa de unir e mobilizar a juventude, de os responsabilizar por aquilo que a todos nós compete realizar. Esta subestimação pelos problemas da juventude levou-nos a esquecer que é ao nosso Partido que cabe a tarefa de mobilizar as suas forças para auxiliar os jovens a lutar pelas suas reivindicações e anseios. Porém, o que sucedeu muitas vezes, foi o Partido procurar suprimir as suas dificuldades e deficiências à custa do movimento da juventude, contribuindo por essa forma para o MUDJ desviar grande parte da sua actividade da luta pelos interesses imediatos e específicos da juventude, para lutas a que se devia manter estranho, ou pelo menos mais afastado.

Por esta forma, o MUDJ foi progressivamente arastado para posições esquerdistas e sectárias e lançado, ele também, nas recriminações mútuas em que as forças democráticas caíram. Tudo isto contribuiu para facilitar ao salazarismo desencadear uma intensa repressão contra os jovens e apresentar o MUDJ como um movimento identificado com os comunistas.

O retrocesso que se começou a verificar no movimento da juventude a partir de 1949 está, pois, intimamente relacionado com o sectarismo e o esquer-

dismo em que o MUDJ caiu progressivamente. Por estas razões, muitos jovens de diferentes convicções políticas e crenças religiosas que militavam no MUDJ, muitos deles em Comissões dirigentes, abandonaram as suas fileiras, reduzindo assim, progressivamente, o carácter de ampla unidade que caracterizou o MUDJ nos primeiros anos da sua existência. Particularmente nos últimos anos, o divórcio entre o MUDJ e as grandes massas da juventude acentuou-se, restringindo-se por isso a sua organização e o seu carácter legal e de massas, levando os jovens a não confiar já nas possibilidades legais do MUDJ.

Os sensíveis progressos do movimento da juventude a partir de 1946 foram o resultado do ascenso da luta democrática, dos esforços e da justiça da orientação imprimida pelo nosso Partido. Mas também é indispensável reconhecer e termos a consciência de que o posterior retrocesso verificado no movimento da juventude está relacionado com a divisão das forças democráticas, com o sectarismo e as deficiências do nosso Partido, particularmente da sua Direcção.

Mas as nossas deficiências e erros, o dogmatismo da orientação do Partido manifestou-se também na aplicação das directivas do 2.º Congresso, quanto à determinação de formas orgânicas para o movimento juvenil, tarefa que o Comité Central ficara encarregado, mas que não cumpriu inteiramente. Daí resultou que não só limitámos o recrutamento de jovens para o Partido, como também restringimos a criação dos organismos preconizados pelo 2.º Congresso, isto é, de *«organismos ilegais que assegurem uma direcção comum, uma orientação justa a todos os movimentos e organizações legais de juventude»*, constituídos por *«camaradas do nosso Partido, responsáveis perante o Partido pela condução da actividade juvenil»* (Duarte, informe de Organização).

Em consequência disso, impedimos que muitas centenas de jovens tivessem acesso ao Partido e que os jovens comunistas que militavam no movimento da juventude, em particular no MUDJ, tivessem o indispensável auxílio político. Isso contribuiu para que muitos deles, embora devotados à luta, tivessem manifesta falta de espírito de Partido. Estas deficiências também contribuíram para que mais se acentuasse a tradicional subestimação do Partido a respeito do movimento da juventude. Mesmo na Direcção do Partido, os problemas relativos à juventude têm sido subestimados e analisados mais em função do MUDJ do que em relação com o movimento geral da juventude.

Por todos estes factos o Partido, no seu conjunto, foi-se desligando da actividade juvenil e muitas organizações do Partido, pela falta de recrutamento de jovens, pela ausência de apoio e entusiasmo juvenil, por não terem ao seu lado organizações juvenis de massas, tornaram-se organizações sem reservas e foram envelhecendo progressivamente.

Perante estas deficiências alguns camaradas preconizam hoje a reorganização da FJCP e defendem a ideia que a Federação não devia ter sido dissolvida. Nas condições do passado como nas do presente, a FJCP foi e seria forçada a viver numa rigorosa clandestinidade que a impediu e a impediria de desenvolver uma larga actividade de massas entre a juventude. Reorganizar a FJCP seria criar um pesado aparelho clandestino que absorveria grande parte das energias dos jovens mais dedicados e esclare-

cidos, seria distraí-los da sua preocupação fundamental: criar e desenvolver organizações juvenis legais de massas. A tarefa que se coloca ao nosso Partido não é organizar e mobilizar apenas uma pequena elite de jovens comunistas, mas sim as grandes massas da juventude portuguesa, os jovens de diferentes camadas sociais e tendências políticas e religiosas, os jovens operários e camponeses, os estudantes e empregados, os rapazes e raparigas.

Consideramos ainda hoje válidas as ideias expressas pelo camarada Duarte no informe do Comité Central ao 2.º Congresso do nosso Partido, ao afirmar que *«num país fascista como o nosso, onde temos sido forçados a mais estreita ilegalidade, uma organização juvenil de massas não é possível constituir-se ilegalmente. Esta é uma verdade que nos é afirmada por toda a nossa experiência de trabalho. Não há boas-vontades, heroísmos e sacrifícios, não há militantes por mais dedicados, activos e capazes, que consigam edificar uma organização juvenil de massas ilegal. As massas da juventude não vêm a uma organização ilegal. Sendo assim, quaisquer organizações juvenis de massas terão que ser legais. E' em organizações e movimentos legais da juventude que educaremos os jovens trabalhadores e a juventude em geral no espírito do marxismo-leninismo, e não em organismos estreitos e sectários, separados da vida corrente da juventude, dos seus problemas diários, das suas dificuldades e angústias»*.

Entretanto, a nossa discordância em reorganizar nas presentes condições, a FJCP, não significa persistir na errada orientação de pôr limitações aos jovens que queiram e tenham condições para vir ao Partido. Persistir nesta orientação, seria tentar impedir que as ideias triunfantes do Socialismo encontrem uma crescente atracção entre a juventude, seria privar o Partido de forças e de reservas que só a juventude poderá oferecer, seria condenar o Partido ao envelhecimento.

Grande número de jovens estão procurando ingressar no nosso Partido. Só nos devemos animar quando a juventude procura o Partido, pois as nossas organizações só poderão renovar-se, rejuvenescer-se e desenvolver-se desde que exista uma constante adesão de jovens às suas fileiras.

Foi Lênine que disse: *«Não é normal que entre nós, no Partido da Revolução, predomine a juventude? Nós somos o partido do futuro e o futuro pertence à juventude. Somos o partido dos inovadores e a juventude segue sempre com ardor os inovadores. Somos o partido da luta plena de abnegação contra a velha podridão e a juventude marcha à cabeça dos lutadores plenos de abnegação»*.

Ao iniciarmos a rectificação, embora parcial, da esquemática orientação que impedia o ingresso no Partido de todos os jovens com condições, foram evidentes os progressos nas acções desenvolvidas por certos sectores juvenis e o rejuvenescimento, alargamento e consolidação de muitas organizações do Partido. As portas do Partido devem, pois, ser abertas a todos os jovens que possuam as condições estabelecidas pelos Estatutos para ingressar nas fileiras do Partido. Todos os jovens que vierem ao Partido devem ficar integrados nas diversas células do Partido, onde quer que elas existam e seja possí-

vel constitui-las sob o controle das respectivas organizações de empresa, locais, de zona e regionais. Uns ficarão integrados no trabalho organizativo do Partido, ao lado dos seus companheiros adultos. Outros, ficarão a actuar no seio do movimento da juventude, no seio das organizações juvenis.

O recrutamento de jovens para o Partido não significa distrair do seio das organizações juvenis todos os jovens que vierem ao Partido. Uma grande parte desses jovens devem ser orientados para a luta legal, para o fortalecimento e desenvolvimento do movimento da juventude, que é uma das nossas mais urgentes tarefas. Isto significa que devem ser constituídas células e os organismos preconizados pelo 2.º Congresso, constituídos exclusivamente por jovens, de forma a enquadrar e a prestar uma eficiente assistência política a todos os jovens que são ou poderão vir a ser membros do Partido e que militem no movimento e nas organizações da juventude.

O essencial, é que não exista uma única célula de empresa ou organização do Partido que não tenha ao seu lado Comissões e organizações juvenis viradas para uma actividade legal de massas entre a juventude. O que importa ter sempre bem presente é que a preocupação fundamental de todas as células e organismos do Partido, compostas exclusivamente por jovens, é desenvolverem por todos os meios acções em defesa dos interesses imediatos da juventude, criarem comissões de jovens, actuarem no seio das organizações juvenis existentes, criarem um largo movimento legal e de massas da juventude progressista portuguesa.

Se isto não estiver bem presente, existe a possibi-

lidade de se reavivarem antigas tendências sectárias e os nossos camaradas jovens anicharem-se em células e organismos do Partido de costas viradas para as acções legais de massas entre a juventude.

O nosso Partido tem afirmado que é na luta legal de massas que os jovens se formarão no espírito do marxismo-leninismo. Isto é justo embora incompleto, pois a formação dos jovens só será sólida se aliarem à luta legal de massas, o estudo da ciência marxista-leninista. Os jovens só poderão encontrar uma resposta para os seus problemas e uma solução acertada para as suas lutas desde que se apoiem no marxismo-leninismo. Só ele e a luta nas fileiras do nosso Partido poderá assegurar a todos os nossos camaradas um sólido espírito de Partido. A campanha ideológica que a reacção mundial e o salazarismo está procurando desenvolver e visando especialmente a juventude, exigem que o Partido faça sérios esforços para auxiliar por todos os meios os nossos camaradas jovens a apetrecharem-se politicamente e ideologicamente, a compreenderem a necessidade de estudarem a ciência marxista e os materiais publicados pelo nosso Partido.

Ao dirigir-se aos jovens, Lênine dizia: «*Não se pode ser comunista sem ter enriquecido a memória com todos os tesouros da ciência acumulada pela humanidade... O comunista será um fanfarrão sem consciência se não possuir uma soma suficiente de conhecimentos bem digeridos*». E Lênine acrescentava: «*Para aprender, a jovem geração deve constantemente ligar sua instrução, sua educação e sua formação à luta incessante dos proletários e trabalhadores*».

Unir a juventude não é uma utopia

Na unidade reside a grande força da juventude. O salazarismo também tem a consciência desta realidade. Daí a ferocidade com que persegue o MUDJ e os esforços que faz para isolar os estudantes dos jovens trabalhadores, para dividir os próprios jovens operários e estudantes.

No julgamento dos 52 jovens, no Porto, um dos «juizes» estranhava que jovens estudantes lutassem ao lado de jovens operários porque, dizia ele, a sua cultura e interesses são diferentes. O governo salazarista, ao verificar a unidade de todos os estudantes na luta contra o decreto 40.900, foi forçado a recuar, mas procura conseguir na mesma os seus objectivos procurando dividir os estudantes de Coimbra dos estudantes de Lisboa e isolar os do Porto. Dividir a jovem geração para impedir a sua luta e a satisfação dos seus direitos e anseios, é a preocupação constante do salazarismo. Unir a juventude para que ela possa lutar com êxito na conquista dos seus direitos, é a tarefa de todos os comunistas, de todos os que amam a jovem geração e vêem nela o futuro da Pátria.

A juventude possui interesses e aspirações comuns a todos os jovens. As condições de vida dos jovens diferem conforme a camada social a que pertencem os seus pais. Os jovens trabalhadores, tal como os estudantes, os camponeses ou as raparigas, têm rei-

vindicações próprias. Mas apesar das várias camadas da juventude possuírem reivindicações próprias, os seus interesses e aspirações identificam-se, são comuns a todos eles. É na medida em que a juventude constitui uma camada particular cujos interesses e aspirações se identificam, as possibilidades de se unir não é uma utopia, mas uma possibilidade real.

Concordamos inteiramente com o presidente geral da JOC ao afirmar «*que é indispensável mobilizar todas as forças e possibilidades da Nação para se sair do nosso atraso cultural, industrial, económico e social e, ao mesmo tempo, esclarecer o país sobre a verdade da nossa posição e do que urge fazer para melhorar substancialmente as nossas condições de vida*» (jornal da JUC, «*Encontro*», de Março de 1957). Mas não será possível «*mobilizar todas as forças e possibilidades da Nação*», sem a juventude que é sua parte integrante, sem a sua unidade.

É na acção, nas pequenas e grandes lutas, que a juventude defenderá os seus interesses e compreenderá a necessidade de se unir e forjar a sua unidade.

Todos os jovens trabalhadores anseiam ter trabalho assegurado e um salário mínimo vital; terem direitos sindicais e uma aprendizagem que lhe facilite ter um ofício, a aplicação do princípio «*a um trabalho igual, salário igual*», a concessão de férias

remuneradas, o estabelecimento da jornada de 8 horas para os jovens camponeses e para todos os jovens trabalhadores que muitas vezes são forçados a trabalhar horas extraordinárias sem qualquer retribuição e a executar nas 8 horas o equivalente a 10 ou 12.

A unidade dos jovens trabalhadores poderá forjar-se na luta por estas e outras reivindicações comuns, na luta pela realização dum Congresso Sindical, na luta para que — como diz o jornal da JOC («Juventude Operária» de Junho de 1967) — «a voz dos operários seja também ouvida e respeitada por intermédio de uma organização sindical forte e influente, capaz de defender os interesses legítimos e as justas aspirações dos trabalhadores, que mereça a sua confiança, estímulo e apoio...»

Os jovens estudantes e os jovens trabalhadores poderão unir-se na luta contra o desemprego que abrange não só os jovens trabalhadores mas também os estudantes, após a conclusão dos seus cursos; na luta pela concessão de bolsas de estudo aos estudantes pobres; pela redução das horas de trabalho, sem diminuição do salário, aos jovens trabalhadores que queiram estudar; pela melhoria do sistema de ensino, alargamento do corpo do pessoal docente, a readmissão dos professores demitidos, a criação de laboratórios eficientes. Uns e outros estão interessados na liberdade sindical e na livre criação de Associações Escolares.

Todos os jovens rapazes e raparigas estão interessados em unir-se na luta por acesso fácil à instrução, à cultura e aos desportos, pela edificação dos seus lares, com habitações próprias e condignas.

A alegria é uma das características da juventude. A confraternização, a realização de passeios, excursões,

competições desportivas e outras actividades recreativas, permitirá que os jovens se aproximem, se conheçam, se unam.

Todos os jovens poderão unir-se na aspiração comum de viver em paz com todos os povos e libertarem-se da ameaça de serem sacrificados numa guerra de extermínio; todos desejam a cessação das experiências com as armas atómicas, a proibição das armas de extermínio, o regresso dos seus irmãos enviados para a Índia e que o dinheiro gasto com a compra de armamento seja consagrado às necessidades sociais e culturais das crianças e da juventude.

Toda a juventude anseia tornar Portugal numa Nação livre, próspera e independente, anseia viver livre de ódios, temores e perseguições, num ambiente de convivência e amizade em que todos se sintam portugueses. Todos os jovens estão interessados em contribuir para que os princípios da ONU a que Portugal passou a pertencer sejam respeitados e aplicados no país. Para o conseguir é necessário que os jovens se unam na luta pela Amnistia a todos os delitos políticos e de opinião, na luta contra a censura e pela liberdade de criar organizações da juventude e poderem participar na vida política e social do país.

Na luta por estas e outras reivindicações e aspirações da jovem geração e que coincidem com os de toda a Nação, a juventude encontrará o caminho que a conduzirá à unidade. A recente luta dos estudantes contra o decreto que visava dissolver as Associações Académicas, em que o governo foi forçado a transformar tal decreto em proposta de lei, é o testemunho vivo da possibilidade de unir na luta por objectivos comuns, jovens de todas as camadas sociais, de todas as convicções políticas e crenças religiosas.

Unir a Juventude

Camaradas!

O nosso Partido guia-se pelo princípio leninista de que a juventude constitui uma camada particular que possui interesses e problemas específicos e, como tal, necessita de organizações independentes onde os jovens possam dirigir-se a si próprios.

Lénine dizia ao referir-se ao carácter das organizações da juventude: «Sem uma completa independência a juventude não poderá dar bons socialistas, nem preparar-se para levar para a frente o socialismo».

Só os salazaristas e a burguesia reaccionária, todos os que procuram impedir a libertação da nossa Pátria e o avanço da humanidade para o Socialismo, têm razões para temer a independência da juventude. Essa é a razão porque a MP não é dirigida por jovens e o Congresso da MP, realizado há um ano, estabeleceu que «as bases normais de recrutamento de dirigentes serão os professores de todos os graus de ensino, os sacerdotes do clero católico e os oficiais das forças armadas», isto é, pessoas que no seu conjunto nada têm de comum com a juventude. Essa também a razão porque as juventudes católicas estão sujeitas às directrizes do Vaticano e ao controle da Acção Católica, porque se opõem à unificação do movimento da juventude e

procuram impedir a colaboração entre jovens de diferentes organizações.

Nós, comunistas, não tememos a juventude, nem receamos o carácter independente das suas organizações. Os comunistas que actuam dentro das organizações juvenis criadas ou a criar, devem ser os mais combativos, os mais consequentes, os melhores intérpretes das aspirações da juventude e também os melhores defensores da independência das organizações juvenis.

A juventude portuguesa lutará mais eficazmente em defesa dos seus direitos unida numa organização ou movimento nacional legal e independente que unifique os jovens progressistas, numa organização que o salazarismo não possa controlar. Mas criar uma organização nacional legal da juventude progressista e unificar o movimento da juventude não é uma tarefa fácil. Em Portugal não existem as mais elementares liberdades democráticas. O salazarismo é um regime fascista que persegue com particular ferocidade a juventude. A feroz repressão desencadeada contra o MUDJ, particularmente a partir do momento em que se tornou uma organização nacional da juventude progressista, testemunha as dificuldades que a juventude terá que vencer.

A criação de uma organização nacional legal da juventude progressista e a unificação do movimento

juvenil dependerá da envergadura das acções de massas que os jovens consigam organizar, do carácter unitário que procurarem imprimir a essas acções e também do grau de organização, apoio e unidade de todas as forças democráticas.

Para conseguirem esse objectivo, os jovens só têm um caminho: movimentar as mais largas massas juvenis, agir em todas as organizações e em todos os lugares onde está a juventude, aproveitar todas as possibilidades de luta legal.

É este caminho que estão seguindo os estudantes, que desenvolvem uma intensa actividade em defesa dos seus interesses e na luta pela liberdade das suas Associações. A crescente unidade e envergadura do movimento estudantil, como o prova a luta contra o decreto 40.900, é o resultado do aproveitamento e desenvolvimento de todas as organizações estudantis. A par das suas Associações ou a elas ligadas existem organizações como a Casa dos Estudantes do Império, Cine-clubes, Orfeões, Tuna, CITAC e, a RIA, que se esforça por coordenar a acção das diversas Associações e dos estudantes universitários em geral.

A maior debilidade do movimento estudantil, no Porto (onde só existe uma Associação) e nos liceus e escolas técnicas deve-se, principalmente, à inexistência de Associações escolares onde os estudantes possam conviver, unir-se, discutir os seus problemas e orientar as suas acções e deve-se, também, ao não aproveitamento de algumas organizações existentes, como sejam a JEC, a MP e as Associações dos Antigos Alunos das escolas técnicas.

Os estudantes estão lutando pela realização dum Congresso e pela criação duma organização nacional de carácter académico que coordene e unifique a luta de todos os estudantes e das suas Associações. O nosso Partido deverá apoiar estas justas aspirações dos estudantes, que serão uma realidade se eles intensificarem a sua acção, reforçarem a sua unidade, aproveitarem todas as organizações ligadas aos estudantes e criarem e fortalecerem as Associações escolares em todas as escolas superiores, técnicas e liceais.

Mas os estudantes não podem limitar as suas lutas ao marco das reivindicações académicas, nem ficarem limitados às suas Associações que terão sempre limitações, nas condições de fascismo em que vivemos. A criação duma organização académica nacional não anula a necessidade dos estudantes, tal como de todos os outros jovens, de lutarem unidos num movimento independente da juventude, que o salazarismo não possa controlar, num movimento que alie às reivindicações económicas, culturais e específicas da juventude, a luta pelos seus direitos políticos, de se aliarem à luta geral do nosso povo na luta contra o salazarismo.

Os estudantes, os jovens operários e camponeses, os rapazes e raparigas, terão muito maiores possibilidades de lutarem pelas suas reivindicações e anseios se se unirem num único movimento de toda a juventude progressista. Mas esta tarefa é bem mais difícil de realizar até porque os jovens trabalhadores, ao contrário do que sucede com parte dos estudantes, não possuem organizações próprias onde se possam apoiar.

Presentemente, ainda é o MUDJ a única organização independente que procura unir e congregar os jovens de todas as camadas sociais e tendências po-

líticas e religiosas, que alia às reivindicações económicas às reivindicações políticas da juventude. Apesar do retrocesso da sua organização e das suas possibilidades legais, o MUDJ ainda possui fortes núcleos em variadas regiões do país, mobiliza centenas de jovens em diversas acções e pode e deve constituir um importante factor na luta pelo fortalecimento e alargamento do movimento da juventude.

Mas nem o MUDJ, nem qualquer outra organização ou movimento da juventude, está em condições de unificar a luta de todos os jovens progressistas no plano nacional.

Entretanto, no seio da juventude, nomeadamente entre os estudantes, muitos jovens das juventudes católicas, da MP e de outras tendências, que sofreram a influência do salazarismo ou mantinham uma atitude de passividade quanto a ele, manifestam abertamente a sua disposição de luta e fazem esforços para estruturar e dar corpo às várias correntes que estão a surgir. Tal é o caso do agrupamento de jovens republicanos que iniciaram a publicação do boletim «Liberdade». Isto significa existir a possibilidade de surgirem ao lado do MUDJ, da MP, das juventudes Católicas e monárquicas, outras organizações de carácter socialista e republicano, até porque é como já analisamos, diversas forças e correntes políticas, além do salazarismo e da Igreja Católica, fazem intensos esforços para atrair a juventude.

De tudo isto decorre o perigo da juventude ser arastada para caminhos que não sirvam da melhor forma os seus interesses e dispersar-se ainda mais em organizações diferentes. Mas se é certo existirem estes perigos, também é certo que o facto de estarem surgindo várias correntes de jovens, que procuram lutar e organizar-se, indicam-nos que a juventude está procurando sair do negrume em que o salazarismo a lançou e encontrar um caminho para sair das dificuldades em que se debate.

Daqui resulta que se poderão abrir largas perspectivas ao movimento da juventude desde que os jovens do MUDJ, que em muitas regiões do país constituem a única base e ponto de partida para um movimento mais largo da juventude, se unam a todos os jovens progressistas e todos compreendam que o melhor caminho que poderão encontrar reside na cooperação e na unificação das acções dos jovens de todas as correntes e tendências políticas e religiosas.

É na união combativa de toda a juventude que reside a sua força e a garantia da satisfação das suas reivindicações e anseios. A nossa tarefa reside em auxiliar os jovens a unificar as várias correntes da juventude em acções comuns, na base dos seus interesses e aspirações comuns. É este caminho que os jovens progressistas estão procurando seguir.

Jovens do MUDJ e do agrupamento de jovens republicanos que iniciaram a publicação do boletim «Liberdade», expressaram o desejo de colaborar em acções conjuntas. Jovens do MUDJ, católicos do CADC e da MP de Coimbra, assentaram lutar conjuntamente contra a repressão. E, em Lisboa, dezenas de estudantes de várias correntes políticas e religiosas ao fim de diversas reuniões elaboraram um importante documento sobre as próximas eleições.

Nesse documento os estudantes de Lisboa concluíram que: 1.º — *Verifica-se que não é concedido à*

Universidade o auxílio mínimo necessário a um trabalho razoavelmente eficiente, 2.º — Existe uma intromissão constante e intensa na vida interna da Universidade por parte do Estado; 3.º — Que estes factos não são esporádicos, mas correspondem a uma orientação governamental constante e como tal só podem encontrar solução num plano político».

O mesmo documento expressa o desejo «de que toda a Oposição se apresente entusiasticamente ao próximo acto eleitoral» e a conclusão de que «os estudantes universitários de Lisboa devem apresentar um universitário como candidato a deputado, por forma a assegurarem convenientemente a defesa dos seus interesses».

Os estudantes de Lisboa estão seguindo um justo caminho e, na medida em que os interesses e aspirações dos estudantes coincidem e se identificam com os de toda a juventude, o movimento estudantil em embrião, poderá ser o ponto de partida para um largo movimento da juventude progressista, os jovens de todas as camadas sociais e de todas as tendências políticas e crenças religiosas, um movimento de ampla unidade e inteiramente independente, com características e possibilidades legais mais largas que o MUDJ, na luta pelas reivindicações e mais queridas aspirações de toda a juventude, na luta pela defesa e salvaguarda da paz, na luta pela democracia e a independência nacional.

Entretanto, é necessário salientar que só um largo movimento juvenil de massas, impulsionado de baixo para cima, aliado às possibilidades legais que se abrirão nos próximos actos eleitorais, poderá abrir o caminho para a criação dum largo movimento nacional da juventude progressista. Esse movimento só poderá surgir se ele se apoiar em todos os locais de trabalho, em todas as organizações juvenis existentes, em todos os lugares onde está a juventude e, sobretudo, na juventude operária.

A nossa grande tarefa é mobilizar a juventude para a luta pelos seus interesses e anseios mais imediatos, é unir toda a juventude e, principalmente, a juventude trabalhadora que constitui a esmagadora maioria da jovem geração portuguesa, a camada mais combativa e que mais sofre com as consequências da criminosa política salazarista.

As nossas energias e os esforços essenciais e imediatos de todos os jovens devem orientar-se na criação de dezenas e dezenas de largas e variadas Comissões de unidade juvenis (nas fábricas, nos campos, em cada localidade), que encabeçam acções em volta das reivindicações e aspirações da juventude. Comissões que orientem acções por aumentos de salário e pela promoção de categorias; Comissões que organizem passeios de confraternização e actividades culturais e desportivas; Comissões que lutem pela cessação das experiências com as armas nucleares e pelo desarmamento; Comissões que lutem pela liberdade sindical e das Associações Académicas, pelos direitos sociais e políticos da juventude.

O essencial é que os jovens do MUDJ e todos os jovens progressistas aproveitem todas as organizações existentes e lutem nas fileiras do MUDJ, nas organizações da MP, das juventudes católicas e evangelistas, dos escuteiros e campistas, na Juventude

Musical Portuguesa. Que lutem nos sindicatos, nas casas do povo e dos pescadores, nas associações académicas e associações de antigos alunos, nas centenas de pequenas e grandes colectividades culturais, recreativas e desportivas, nos grupos excursionistas, nos cine-clubes, etc..

No aproveitamento de todas as possibilidades e organizações legais existentes, no desencadeamento de largas e variadas acções, na luta pela liberdade de realizar o Congresso sindical, o Congresso dos estudantes, o Congresso da JUC, o Congresso campista, acampamentos nacionais, na luta eleitoral que se aproxima, encontra-se a base fundamental que conduzirá ao alargamento do movimento de massas da juventude, que levará todos os jovens a conviver, a colaborar, a criar um clima de aproximação e à unificação do movimento da juventude.

Desde que os jovens do MUDJ e todos os jovens progressistas pertencentes às diversas organizações juvenis existentes, se lancem audaciosamente na luta pela união da juventude, sem olhar para as tendências políticas ou crenças religiosas de cada jovem, comecem desde já a cooperar na luta pela satisfação das aspirações da juventude, pela salvaguarda da paz e da independência nacional, nas mais variadas acções e Comissões de carácter local, regional e nacional, abrir-se-á o caminho para a criação dum futuro e amplo movimento nacional legal e independente da juventude progressista portuguesa.

Existem duas questões que não devemos confundir. Uma, a mais imediata e a decisiva, consiste em desencadear as mais variadas acções de massas da juventude, organizar os mais diversos tipos de comissões juvenis, utilizar todas as organizações juvenis já existentes e aproveitar todas as possibilidades legais. Por este caminho, forjaremos um amplo movimento juvenil de massas.

A outra questão consiste em organizar acções unitárias e a cooperação entre as diversas comissões e os jovens de diferentes organizações juvenis, canalizando progressivamente todo o movimento de massas para a criação duma organização nacional legal da juventude progressista.

Isto significa ser necessário compreendermos que este objectivo só poderá ser conseguido gradualmente e lutando em duas direcções convergentes: forjar um amplo movimento juvenil de massas e, quando for possível, criar uma organização nacional legal da juventude progressista que pela sua envergadura e pelas massas juvenis que unir e mobilizar, o salazarismo não possa impedir a sua criação nem a sua existência.

Camaradas!

O nosso Partido só poderá desempenhar o papel histórico que lhe está destinado, considerando o trabalho de mobilizar e unir a juventude como uma das mais urgentes e decisivas tarefas.

O Congresso do nosso Partido, com toda a sua autoridade, deve indicar uma viragem no sentido de todo o Partido participar nos esforços para ganhar a jovem geração para a luta por um Portugal livre, democrático e independente, onde a juventude possa contribuir para o renascimento e engrandecimento da nossa Pátria, satisfazer as suas nobres aspirações e edificar um futuro de paz e felicidade.

Preço: 1\$00